

João Almeida



074



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0002224-14.2010.8.17.0000 (0208056-8)

IMPETRANTES: O Bel. João Almeida Lima Neto e o

Acadêmico de Direito Marcos Vinicius Leal Valença

PACIENTE: Heyder Cordeiro da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

3729

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL DO ART. 44 DA LEI 11.343/06. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. ARGUMENTO SUPERADO. FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. FINDA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA Nº 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A vedação legal para a concessão de liberdade provisória em crimes de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 44 da Lei nº 11.343/06) é, por si só, justificativa suficiente para a manutenção da custódia cautelar;
2. Verificando-se que a instrução criminal já foi encerrada, porquanto o feito encontra-se em fase de alegações finais, resta, portanto, superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, consoante se extrai do teor da súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça;
3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0002224-14.2010.8.17.0000 (0208056-8), em que figuram como impetrantes o Advogado João Almeida Lima Neto e o Acadêmico de Direito Marcos Vinicius Leal

Assinatura 5



075



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

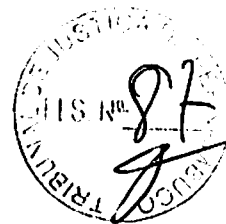
Valença e como paciente Heyder Cordeiro da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



076



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0002224-14.2010.8.17.0000 (0208056-8)

IMPETRANTES: O Bel. João Almeida Lima Neto e

o Acadêmico de Direito Marcos Vinicius Leal Valença

PACIENTE: Heyder Cordeiro da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa

RELATÓRIO

O Advogado João Almeida Lima Neto e o Acadêmico de Direito Marcos Vinicius Leal Valença impetraram a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Heyder Cordeiro da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Caetano/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo criminal nº 0000109-64.2009.8.17.1290.

Os impetrantes informam que o paciente foi preso em flagrante delito, no dia 11.02.2009, sob a acusação de ter praticado o crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

Alegam os impetrantes que, apesar do paciente gozar de condições subjetivas favoráveis, teve o pleito de liberdade provisória negado pelo magistrado *a quo*, o qual não apresentou justificativa para o indeferimento, limitando-se a acolher o parecer ministerial, cuja fundamentação não apontou de forma objetiva os fatos concretos e reais que se ajustam aos requisitos da prisão preventiva.

Os impetrantes argumentam, também, que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa.

Assim, pugnam, ao final, pela concessão do benefício de liberdade provisória ao paciente e/ou pelo relaxamento da prisão, ante o reconhecimento de excesso prazal.

1



077



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 26/27.

Decisão Interlocutória de fls. 34/36, indeferindo o pedido liminar e solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou por meio do ofício de fls. 43/45, acompanhada dos documentos de fls. 46/51.

Em parecer de fls. 55/56, o Ministério Público, através do Procurador de Justiça, Dr. Nilton de Araújo Barbosa, opinou pela denegação da ordem.

Através do despacho de fl. 59 foram solicitadas informações complementares, as quais foram apresentadas por meio do ofício de fl. 65, acompanhadas dos documentos de fls. 66/75.

O *Parquet*, através de cota de fl. 81, ratificou o parecer anteriormente ofertado.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual foi preso em flagrante delito, acusado do cometimento do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Narra a denúncia acostada às fls. 46/47, que, no dia 11.02.2009, na cidade de São Caetano, policiais civis e militares, dando cumprimento a um mandado de busca e apreensão na residência do paciente, encontraram 300 g (trezentos gramas) do vegetal *cannabis sativa lennè*, popularmente conhecido como maconha.

Infere-se, ainda, da inicial acusatória que o paciente é apontado como componente de uma quadrilha responsável pela prática de crimes de homicídios e de tráfico de drogas no município de São Caetano/PE.



078



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Diante de tais fatos, o paciente foi denunciado como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06.

O MM. Juiz de Direito *a quo*, ao analisar o pleito de liberdade provisória formulado pelo paciente, o indeferiu, acolhendo integralmente o parecer do Ministério Público, o qual destacava a vedação legal prevista do art. 44 da Lei 11.343/06.

Tal vedação constitui justificativa idônea e suficiente para a não concessão do benefício da liberdade provisória ao paciente, não havendo necessidade, assim, de fundamentação mais detalhada da decisão que indeferiu o pedido em primeira instância.

Isto porque, referida vedação decorre da própria Constituição Federal, quando, no seu artigo 5º, inciso XLIII, diz que o crime de tráfico de drogas será considerado pela lei como inafiançável. Se insuscetível de fiança, com tanta ou maior razão, insuscetível também de liberdade provisória. Desse modo, quando a lei nº 11.464/2007 modificou a lei nº 8.072/1990, não passou a permitir a liberdade provisória nos crimes hediondos, apenas consertou uma redundância no texto da lei, porque a proibição da liberdade provisória é decorrência lógica da proibição da fiança.

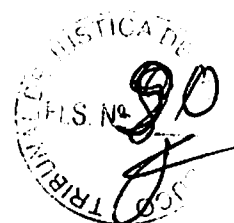
Saliente-se, ademais, que o artigo 44 da lei nº 11.343/2006 (lei de drogas), trata-se de dispositivo específico que proíbe a concessão de liberdade provisória para o crime de tráfico de drogas. Esse dispositivo não sofreu qualquer sorte de alteração com o advento da lei nº 11.464/2007.

Nesse sentido segue trecho de julgado do Superior Tribunal de Justiça, publicado no dia 03.05.2010:

“A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Drogas), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310 do CPP e à Lei de



079



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Crimes Hediondos, com a nova redação dada pela Lei 11.464/07. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos.”¹

Quanto ao sustentado retardo da marcha processual, compreendo que este se encontra superado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, verificou-se que o Ministério Público já ofertou as alegações finais e que o processo encontra-se no aguardo da manifestação da defesa.

Desta forma, verifica-se que a instrução criminal já foi encerrada, encontrando-se, portanto, superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, consoante se extrai do teor da súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça:

“ENCERRADA A INSTRUÇÃO
CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE
CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO.”

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

¹ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HC 149988 / RJ HABEAS CORPUS 2009/0196802-0. Relator(a): Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Data do Julgamento: 06/04/2010. Data da Publicação/Fonte: DJe 03/05/2010.